

cidade do setor agrário para abastecer satisfatoriamente a crescente demanda dos aglomerados urbanos. O Professor Furtado abandona esta tese, preferindo entender a inflação como "instrumento" da política econômica governamental, pois, segundo suas próprias palavras, "graças a ela foi possível aumentar o excedente que alimentou a expansão dos investimentos públicos". Assim, a inflação se colocaria ao lado das políticas cambial, fiscal, creditícia e salarial, podendo ser eliminada a um "toque de vara mágica".

Considerável atenção é dedicada à problemática da política salarial onde se chega à conclusão, algo surpreendente, de "... que os salários hajam continuado a baixar, constitui simples aspecto da política social, sem qualquer vínculo com o mecanismo de expansão."

A parte final do Ensaio é dedicada ao exame de três tópicos: os requisitos para que se mantenha a expansão, a determinação da especificidade do sistema capitalista brasileiro, e finalmente, as possibilidades de generalização do modelo.

Quanto às condições necessárias para um crescimento auto-sustentado, o Professor Furtado cita três requisitos indispensáveis, a saber:

a) que a capacidade de pagamento no exterior aumente a uma taxa superior ao PIB;

b) que o setor público se mantenha em expansão por depender deste a criação de empregos; e,

c) que o setor industrial se mantenha em crescimento.

O sistema capitalista brasileiro é entendido como sendo uma variante da economia capitalista "em que é a própria remuneração do capital... que alimenta a demanda de bens finais originários das indústrias em que mais rápido é o progresso técnico". O Professor Furtado ressalta a insuficiência do "anel de feedback fundamental" responsável pela tendência à estagnação, à frenagem do crescimento, etc.; este anel compreende a interação que existe entre o fluxo de salários e o crescimento da produtividade do trabalho.

Quanto às possibilidades de generalização do modelo brasileiro de desenvolvimento, o Professor Furtado mantém uma atitude

bastante cética já que falta aos demais países latino-americanos os requisitos básicos: uma relativa dimensão demográfica e uma baixa renda *per capita*. Segundo o autor, "a busca de caminhos distintos da parte de países como o Peru e o Chile é, menos do que se pensa, uma opção voluntária", ilustrando a falta dos requisitos supracitados.

A experiência mexicana de desenvolvimento distingue-se do atual surto de desenvolvimento brasileiro: a evolução política mexicana, com a sua revolução que deslocou a velha algarquia, e a incorporação de novos grupos políticos já comprometidos com o processo de industrialização forjou uma conjuntura diversa daquela que observamos no Brasil. A proximidade dos Estados Unidos, a escassez de terras aráveis e a modernização do setor agrícola impedem uma repetição do modelo; México, assim, se caracterizaria por ser "um país de elite burocrática de elevados salários".

Argentina, segundo Celso Furtado, afasta-se tanto do modelo brasileiro como do modelo mexicano. A oferta inelástica de mão-de-obra, uma experimentada e sólida organização sindical, e um setor industrial altamente controlado de fora levam à conclusão de que "o desenvolvimento é, na Argentina, muito mais um fenômeno de dependência externa que de dualismo estrutural".

O ensaio finda assinalando as mudanças havidas nas chamadas "tendências estruturais" dos últimos anos, com o questionamento do "sentido do desenvolvimento" e da "qualidade da vida" produzida pelo atual sistema industrial. Segundo Furtado, na medida em que os países industrializados questionam seu próprio "modo de vida", os subdesenvolvidos perderão interesse no paradigma representado pelos desenvolvidos. Parece-nos que o autor abandona aqui suas teses mais nacionalistas, preferindo esperar por mudanças nos pólos hegemônicos, mudanças estas que certamente se farão sentir nos países periféricos.

Franklin Lee Feder

Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World

Por Barrington Moore Junior. Boston, Beacon, 1967. 559 p.

Se a maioria dos estudos sobre a implantação do capitalismo focaliza essencialmente a atuação da burguesia nesse processo, Barrington Moore Jr. mostra a importância do papel desempenhado pelas classes agrárias (aristocracias fundiárias e camponeses) nesse mesmo processo.

A preocupação essencial do autor é demonstrar como a atitude dessas classes agrárias, em seu relacionamento mútuo e com as outras classes sociais, no processo que ele define em síntese como de "modernização", condicionou todo o desenvolvimento político que resultou nos atuais regimes políticos das "sociedades industriais modernas". Considerar a dinâmica das relações sociais no campo e suas transformações frente ao advento do capitalismo como determinante fundamental da evolução política contemporânea constitui a nosso ver uma metodologia "incomum", pois foge aos padrões usuais de análise que buscam, em geral, explicação para os fenômenos políticos atuais na dinâmica das relações sociais-urbanas, ou pelo menos dão peso maior a esse tipo

de relações na medida em que tentam analisar processos políticos de sociedades urbano-industriais. A relativa perplexidade que advém de certo modo de ver, que definimos abstratamente como "incomum", não implica necessariamente numa atitude crítica negativa, pelo menos na fase atual de nosso trabalho, mas apenas levanta uma série de indagações que pretendemos explicitar.

Segundo Barrington Moore Jr., existem (historicamente) três formas de passagem do mundo pré-industrial para o mundo moderno:

1. Revolução burguesa, que termina numa aliança entre o capitalismo e a democracia do tipo ocidental.

2. Revolução "de cima", via capitalista-reacionária, que termina no fascismo.

3. Revolução camponesa, que termina no comunismo.

Frente a esses três modelos de transição, o autor se propõe a analisar histórica e comparativamente a Revolução Puritana na Inglaterra, a Revolução Francesa e a Guerra de Secessão Americana como representativas do primeiro modelo, o processo de modernização do Japão como representativo do segundo modelo e a Revolução Chinesa como representativa do Terceiro modelo.

O autor analisa ainda o caso da Índia que constituiria um quarto modelo de transição, na medida em que não conheceu nem revolução burguesa, nem revolução "de cima" e nem revolução camponesa. Embora o autor não estude sistematicamente nem a Revolução Russa, nem o fascismo alemão, utiliza-se freqüentemente desses casos como elementos de comparação.

Convém ainda levantar, com o objetivo de discutir essas formas e esclarecê-las, as perspectivas teóricas do autor, na medida em que ele realmente se propõe a uma análise teórica das condições históricas geradoras da democracia e do totalitarismo (capitalista e comunista), tanto que após a análise concreta dos casos já referidos reserva um capítulo à teoria. "Além disso, quando se estuda um país particular, descobre-se necessariamente elementos de causalidade que se enquadram mal em teorias mais gerais. Inversamente, se se permanece escravo de uma teoria, corre-se o

risco de conceder a fatos, em ressonância com uma teoria, uma importância que eles não têm na história dos países estudados. É isto que explica que eu dê maior importância à interpretação das transformações particulares."

"Quando se procura compreender a história de um país numa ótica comparativa, se é levado a levantar questões frutíferas e novas... e a comparação pode conduzir a novas generalizações históricas... poder-se-ia comparar as generalizações bem feitas a um desses mapas de grande escala que os navegadores aéreos usam para atravessar os continentes... É exatamente o que eu vou tentar fazer agora; vou traçar em grandes traços um esboço de minhas descobertas para dar ao leitor um primeiro apanhado do terreno onde nos vamos aventurar juntos."

Como podemos observar, o autor se propõe a considerar o método histórico-comparativo, porém com o objetivo de chegar a generalizações cientificamente válidas, o que realmente acredita realizar na medida em que constrói uma tipologia de modos de transição de sociedades agrárias para sociedades industriais a partir de análises históricas concretas.

Está implícita na tipologia de Moore a concepção, muito difundida entre sociólogos e cientistas políticas da atualidade, de que as sociedades modernas se definem fundamentalmente por serem industriais, abolindo a especificidade dos modos de produção que as caracterizam, assim como sua própria concepção de democracia participa de toda uma visão burguesa de mundo liberal-democrático. É interessante notar, no entanto, que apesar de partir de um esquema de referência teórico-marxista, Nicos Poulantzas, ao fazer uma análise das revoluções burguesas européias, elabora uma interpretação delas que coincide em muitos aspectos com a de Barrington Moore.

1. ORIGENS REVOLUCIONÁRIAS DA DEMOCRACIA CAPITALISTA

1.1. A Inglaterra e a parte da violência no transformismo político

As lutas sociais que terminam na Revolução Puritana do

século XVII nasceram no curso de um processo de transformação complexo e desencadeado muitos séculos antes, e que vinha decaindo gradativamente o sistema feudal. Os componentes fundamentais desse processo podem ser resumidos da seguinte maneira:

1. Desenvolvimento do comércio, acumulação primitiva do capital e interferência desintegradora do capital comercial na produção artesanal.

2. Penetração de relações capitalistas no campo (comercialização da agricultura) por meio das *enclosures* que expropriam os camponeses, instituem a propriedade privada capitalista da terra e transformam a aristocracia feudal em burguesia agrária.

É importante mostrar a interdependência desses componentes fundamentais do processo de desintegração do feudalismo, cada um deles reforçando e possibilitando o outro.

Arruinando o poder real e consagrando a independência da aristocracia, a Revolução possibilitou a continuidade desse processo. Foram abolidos os obstáculos que dificultavam as *enclosures* (o poder real e parcelas conservadoras da aristocracia) e o Parlamento torna-se uma verdadeira "comissão de proprietários".

Aqueles que se recusam a qualificar a Guerra Civil de revolução burguesa têm razão no sentido de que, no fim do conflito, a burguesia não tinha tomado o poder político. A aristocracia consolida o domínio sobre o Estado. Porém, "a aristocracia sobreviveu, mas sob uma forma nova, fundada daí em diante no dinheiro, mais do que no nascimento".

O século XIX foi a era da transformação silenciosa; a democracia parlamentar instalou-se solidamente. Antes de estudar o papel que desempenharam as transformações agrárias nesse processo, verificaremos como a violência dos séculos XVII e XVIII abriu caminho à transformação pacífica do século XIX.

Se no fim da Guerra Civil, o Parlamento apareceu como o instrumento da alta sociedade agrária e mercantil, os membros mais influentes dessa classe tiveram um papel político de vanguarda em favor do capitalismo industrial e comercial. Entim, os interesses burgueses, nessa fase, são

representados pela nobreza. A segunda grande consequência foi a aniquilação dos camponeses (o que excluiu a possibilidade de revoluções camponesas do estilo russo e chinês).

No fim do século XVIII e começo do XIX, desenvolve-se um conflito entre os interesses agrários e os interesses urbanos. A burguesia agora reivindica diretamente o poder político. Mas a Revolução Francesa põe fim a toda esperança de reforma. Mais precisamente, desde que a revolução na França ultrapassou o estágio do liberalismo, a Inglaterra entra na repressão até o fim das guerras napoleônicas. Mas a fase reacionária é de curta duração e o movimento de reformas recomeça. A burguesia urbana atinge o apogeu de seu poderio econômico mas as classes agrárias ainda não declinam e na medida em que mantêm uma base econômica estável podem fazer concessões ao nível político. As reformas começam a triunfar e gradualmente a Inglaterra conhece uma abertura de seu sistema político. Na verdade o que sucedeu foi uma contínua rivalidade das classes agrárias e da burguesia para ganhar o apoio popular. Raras vezes a nobreza inglesa se opôs ferrenhamente ao progresso da democracia. No século XIX, aliás, como antes, a fronteira entre a *gentry* e as camadas superiores dos meios urbanos era incerta e móvel.

O fim da Guerra de Secessão e o desenvolvimento da navegação com o surgimento do navio a vapor fizeram com que o trigo americano atingisse facilmente a Europa e como consequência uma depressão agrícola começou a minar seriamente as bases econômicas das classes agrárias. A burguesia urbana então se consolida como classe dominante e novas questões referentes à participação do proletariado urbano no consórcio democrático passam a dominar o cenário político inglês.

Se nos perguntarmos a que fatores podemos atribuir a evolução democrática da Inglaterra, podemos reconstituí-los, em síntese, da seguinte maneira: um Parlamento independente e forte, uma burguesia comercial e industrial apoiada numa base econômica sólida, ausência de problemas camponeses. Outros fatores pertencem ao próprio século XIX:

governando numa atmosfera de capitalismo industrial galopante as classes agrárias acolheram elementos estrangeiros, ao mesmo tempo que rivalizavam com eles na busca do apoio popular. Essa evolução foi possível na medida em que a posição econômica da aristocracia dirigente se degradava lentamente, possibilitando a ela mudar facilmente de base econômica e tornando possível, também, uma transição gradual de classes hegemônicas no poder.

1.2. Evolução e revolução na França

A sociedade francesa entrou no mundo moderno por caminhos bastante diferentes daqueles seguidos pela Inglaterra. Em lugar dum nobreza agrária ganha à agricultura comercial, encontramos sob os Bourbons uma nobreza vivendo das rendas que ela pode tirar dos camponeses. Ao invés de se destruir, a propriedade camponesa se consolidou antes e depois da revolução. O comércio e a indústria, por sua vez, estavam bem menos desenvolvidos que na Inglaterra.

O problema a resolver é precisamente saber como, a partir de condições sociais tão diferentes, o resultado da evolução política nos séculos XIX e XX foi relativamente semelhante, na medida em que, também na França, se constituiu uma democracia parlamentar.

Contrariamente à nobreza inglesa do século XVIII, a nobreza francesa vivia essencialmente das rendas, em natureza e em espécie, que subtraía a seus camponeses. Os dispositivos feudais, unidos aos do absolutismo real, formavam os expedientes políticos graças aos quais a aristocracia podia subtrair dos camponeses um excedente econômico. Não se trata de saber somente se os nobres franceses tentaram gerir bem os seus domínios e de vender seus produtos no mercado; não se trata também de saber como eles fizeram isso. O importante é determinar se, vendendo para um mercado, eles transformaram a estrutura da sociedade rural, como ocorreu com as *enclosures* da Inglaterra. A resposta é não. Mesmo a parcela da nobreza francesa que representou a ala mercan-

til manteve relações feudais de produção no campo. E, numa consequência aparentemente contraditória, não destruíram a propriedade camponesa, mas consolidaram-na.

Com relação à burguesia, é importante considerar que sob a monarquia absoluta ela era muito dependente dos favores reais, escrava de leis prejudiciais ao seu desenvolvimento e produzia principalmente armas e produtos de luxo destinados a uma clientela escolhida. Em suma, uma burguesia frágil, apoiada numa base econômica pouco sólida que justifica a curiosidade de saber de onde teriam surgido as forças sociais suficientes para engendrar uma revolução burguesa e capitalista, destruidora do absolutismo.

Para analisar corretamente a revolução é preciso focalizar a atenção na atuação das classes populares, do "campesinato" e da pequena burguesia urbana, cuja aliança possibilita à burguesia à investida contra o antigo regime, a derrubada do absolutismo e a destruição política da nobreza. A insurreição popular permitiu à revolução instituir o Terror e a ditadura do Comitê de Saúde Pública, de compor um exército novo e rechaçar a coalisão da Europa feudal, de arrasar a contra-revolução da Vendéia.

Em contrapartida, a emersão do radicalismo *san-culotte* obriga a própria burguesia a recuar. A dependência do apoio popular impede a consolidação do poder burguês criando para ele uma situação de crise constante.

A revolução foi um golpe fatal para os privilégios aristocráticos. Negar que ela foi burguesa e capitalista é fazer jogo de palavras. O que se pode reprovar à tese de revolução burguesa é pretender que no último quarto do século XVIII um grupo de comerciantes e industriais tenha-se tornado tão poderoso para se libertar sozinho dos obstáculos feudais e abrir uma era de expansão industrial. Formulada assim, a tese exagera muito a independência desses grupos. É verdade que ninguém ignora que as forças presentes acabaram por consagrar a vitória de um sistema econômico fundado na propriedade privada e na igualdade perante a lei, traços dominantes das democracias parlamentares ocidentais, e que portanto a Revolução Francesa foi um mo-

mento crucial da evolução em direção à democracia.

Do nosso ponto de vista, a ruína política da aristocracia fundiária é o fenômeno mais importante do processo de modernização na França. Em última instância, ela se explica pela atitude da nobreza frente aos problemas agrícolas dispostos pela mercantilização da sociedade.

A Revolução Francesa aparece então na história como solução de reserva a um processo incompleto de comercialização agrícola em situação pré-industrial. Em outras grandes nações européias, a falta de competência da revolução burguesa para destruir a aristocracia e, portanto, a perpetuação de seu poderio nos tempos modernos, acabaram levando-as ao fascismo. Destruindo a aristocracia desde o fim do século XVIII, a Revolução Francesa serviu, em grande medida, à causa da democracia parlamentar na França.

1.3 A Guerra de Secessão na América, ou a última revolução capitalista

Os EUA não tinham uma velha sociedade agrária a destruir, nem sob forma burocrática, nem sob forma feudal. Em 1860 existia nos EUA três formas de sociedade diferentes, instaladas em três grandes regiões: o Sul monocultor escravista, o Oeste de agricultores independentes e o Norte em plena expansão industrial.

Poder-se-ia partir do princípio de que existe um conflito essencial entre a escravidão e o sistema capitalista do livre salariado. Havia nos EUA um conflito objetivo entre a sociedade do Norte e a do Sul?

Destaquemos um a um os requisitos econômicos dos dois sistemas: 1) condições de capital; 2) condições de mão-de-obra; e 3) condições da comercialização dos produtos acabados.

Para a economia do Sul obter maiores lucros eram necessárias terras virgens. Assim, havia pressões financeiras. Tudo leva a crer que a margem de mão-de-obra era estrita. Teria sido útil maior quantidade de escravos. Finalmente, para que o sistema funcionasse bem era necessário que o algodão e outras culturas atingissem altos preços no mercado internacional.

A indústria do Norte tinha necessidade de uma certa ajuda do governo para o que podemos chamar de gastos gerais da capitalização e também de um quadro institucional favorável: uma rede de transportes, taxas alfandegárias, uma moeda estável. Do lado do trabalho, a indústria precisava de um operariado juridicamente livre. Enfim, a indústria necessitava de um mercado consumidor em expansão.

É difícil perceber um verdadeiro conflito de estrutura nesse quadro de requisitos econômicos. Em certos aspectos, eram economias complementares. O grande motor do impulso capitalista do Norte nos anos 30 foi o algodão, matéria-prima básica da indústria nascente. Além disso, o Norte fornecia à economia do Sul certos serviços: financiamento, transporte e comercialização dos produtos. O Sul, por sua vez, despedia a maior parte de seus recursos no Norte, para financiar a comercialização do algodão, para consumir produtos manufaturados e gêneros alimentícios.

As cifras mostram que a escravidão era rentável e aos capitalistas não repugnava obter por meio dela maior margem de lucros.

Pode-se portanto responder provisoriamente à nossa indagação num plano geral e abstrato: o Norte e o Sul não tinham nenhuma razão para lutar.

Porém, se a escravidão das *plantations* não opunha obstáculos econômicos graves ao capitalismo industrial, impedia o caminho da democracia política e social. A civilização do Sul era capitalista, certo, mas não era burguesa.

Outro aspecto do conflito entre o Norte e o Sul diz respeito às relações de ambos com o Oeste. Entre o fim da Guerra de Independência e as guerras napoleônicas, o Oeste passou do regime de exploração dos pioneiros para o da agricultura comercial. A exploração agrícola familiar constituía um mecanismo social eficaz para a produção do milho, do trigo, da criação de porcos e outros produtos negociáveis. Até 1830, o grosso dessa produção descia para o sul onde alimentava uma economia especializada.

Tudo mudou com o impulso das manufaturas no Nordeste e o crescimento consecutivo da demanda em grãos e carnes junto

às regiões do Oeste. A produção passa pouco a pouco a tomar caminho do litoral oriental.

A burguesia nortista conseguiu desligar do Sul os agricultores do Oeste e ganhá-los à sua causa. Os plantadores do Sul que haviam antes acolhido os agricultores do Oeste como seus aliados contra a plutocracia do Norte passaram a ver na exploração independente uma ameaça contra a escravidão e contra seu próprio sistema.

Com o Oeste, o Norte criou uma sociedade e uma cultura cujos valores se chocaram cada vez mais com os do Sul. O coração do litígio foi a questão da escravidão. A questão fundamental apareceu pouco a pouco: tratava-se de saber, das duas sociedades, qual acabaria por conseguir o apoio do governo federal. A questão do poder central tornou assim crucial o problema da escravidão nos novos territórios. Os líderes políticos sabiam que a admissão de um Estado escravista ou a de um Estado livre podia fazer pender a balança de um lado ou de outro.

Enfim, a Guerra de Secessão pode ser considerada uma revolução? É preciso saber em que consistiu a liberdade na sociedade americana moderna e qual foi a relação entre a guerra e as instituições do capitalismo industrial avançado.

A vitória do Norte foi acompanhada de mudanças políticas notáveis. O governo federal edificou uma série de muralhas em torno da propriedade. A primeira foi a própria conservação da União, que representava, à medida que o Oeste se povoava após a guerra e se tornava num dos maiores mercados do mundo. Saneou-se a moeda criando-se um sistema bancário nacional. As estradas de ferro receberam subsídios consideráveis e a liberação dos domínios públicos permitiu a concentração de fortunas imensas com as madeiras e as minas. Enfim, para resolver o problema da mão-de-obra, o governo federal deixou abertas as portas para a imigração.

Concluindo, podemos verificar que se a escravidão não constituía um obstáculo para o capitalismo industrial enquanto tal, era um obstáculo para uma certa espécie de capitalismo num dado momento do desenvolvimento econômico.

memo-lo, em falta de melhor expressão, capitalismo democrático de concordância.

2. OS TRÊS CAMINHOS DO MUNDO MODERNO NA ÁSIA

2.1. A decadência da China imperial e as origens da via comunista

Quais eram os grandes traços da sociedade chinesa durante a última grande dinastia, a dos Manchus (1644-1911)?

O poder e a autoridade repousavam sobre a propriedade fundiária ou resultavam do controle sobre as funções burocráticas? Certos ocidentais insistem no caráter burocrático do império chinês e procuram minimizar a ligação entre a função e a propriedade fundiária. Os marxistas consideram a era imperial e mesmo o período do Kuo-min-tang uma forma de feudalismo.

Todos estão de acordo que existia uma classe de ricos proprietários de terras e uma classe de funcionários e letrados. Reconhece-se que os dois grupos não eram idênticos. Era a família que os ligava entre si, ou mais exatamente, o modo de descendência patrilinear. A instituição da família funcionava da seguinte maneira: as fortunas acumuladas a serviço do imperador eram investidas em terras. Inversamente, toda família que aspirasse a um *status* aristocrático devia contar com um diplomado na esperança de que ele obtivesse uma função oficial, graças ao que ele acumularia e aumentaria a fortuna dos seus.

A questão fundamental é saber como o proprietário conseguia fazer com que os camponeses trabalhassem para ele na ausência de obrigações feudais.

Havia um sistema de "parceria" que, em suas linhas gerais, é análogo ao que se pratica no capitalismo moderno. O proprietário fornece a terra e o camponês, o trabalho, e divide-se a colheita entre um e outro.

A burocracia imperial garantia a manutenção da ordem, os direitos de propriedade e a cobrança de impostos. No conjunto percebe-se que a burocracia era mais rentável e poderosa que a propriedade fundiária, embora uma não subsistisse sem a outra: a ri-

queza fundiária emanava da burocracia e sua existência dependia dela.

A sociedade imperial não criou uma classe urbana comercial e manufatureira.

Todo esse edifício social começou a periclitarse a partir do fim do século XVIII, ante a interferência de forças novas e externas: a ofensiva militar-diplomático-comercial do Ocidente. Na última metade do século XIX, a tradição do funcionário letrado estava extinta nas cidades marítimas. Uma sociedade nova, de caráter híbrido, a havia sucedido; nesta, a educação clássica não garantia mais o poder e a posição social.

Depois da Guerra do Ópio (1842), os "compradores" multiplicaram-se em todos os portos abertos ao comércio ocidental. Eram intermediários entre a burocracia chinesa moribunda e os comerciantes estrangeiros. Por volta de 1860 uma pequena indústria chinesa começou a desenvolver-se.

No começo do século XX essa frágil burguesia alia-se aos proprietários de terra no Kuo-min-tang e, durante um certo tempo, esperou-se que os exércitos desse partido conseguissem unidade na China em torno de um programa revolucionário de unificação nacionalista. Porém o Kuo-min-tang era um amálgama de forças díspares do qual participaram inclusive os comunistas (até 1927) e de cuja doutrina destacam-se três traços: a ausência de um verdadeiro programa econômico-social capaz de resolver os problemas da China; a arte de dissimular essa ausência por meio de esforços para reviver ideais tradicionais numa situação que há muito tempo tinha destruído seus suportes sociais; e enfim, a preferência às soluções militares.

Afinal, o Kuo-min-tang demonstrou total incapacidade, explicada em parte por características estruturais da sociedade chinesa, de promover o processo de modernização, o que foi feito por uma revolução camponesa liderada pelos comunistas.

Tentaremos indicar aqui porque a sociedade chinesa pré-moderna era predisposta às revoltas camponesas; mostraremos, em seguida, como essa predisposição facilitou a vinda da verdadeira re-

volução sob o efeito de novas pressões introduzidas nos séculos XIX e XX pelo comércio e a indústria.

De nosso ponto de vista, o fator mais grave era a fraqueza dos elos sociais que ligavam os camponeses à aristocracia e ao regime. O governo e a aristocracia não desempenhavam nenhuma função vital aos olhos dos camponeses. Assim, nada de sólido ligava os dirigidos aos dirigentes.

O sistema de "parceria" (*métayage*), o gosto da aristocracia pelo ócio e a necessidade de uma mão-de-obra não controlada diretamente associaram-se para criar um clima de individualismo camponês e uma sociedade rural relativamente atomizada, onde a solidariedade e a coesão internas eram bem menores do que em outros países, como a Índia, por exemplo.

Vejamos agora o que representou para o "campesinato" chinês a intromissão do mundo moderno. Sua situação econômica degradou-se: abandono de culturas, deterioração dos sistemas de irrigação, aumento do desemprego agrícola. O artesanato, que proporcionava aos camponeses recursos complementares foi duramente atingido pela concorrência dos têxteis baratos do Ocidente. O ópio que os ocidentais e depois os japoneses distribuíram desagregou a moral e dissuadiu os camponeses de buscar melhorias.

Mesmo a atuação do Partido Comunista Chinês sobre esse cenário de miséria e decadência não foi suficiente para provocar transformações profundas. O Partido fundado em 1921, somente após a ruptura com Tchang-Kai-chek em 1927, abandonou a estratégia ortodoxa de apoiar-se no proletariado para a tomada do poder e voltou-se para as massas camponesas. O acontecimento decisivo foi a invasão dos japoneses e seus métodos de ocupação. Diante dela, os proprietários e funcionários do Kuo-min-tang deixaram o campo para se instalarem nas cidades, abandonando os camponeses. Os japoneses cumpriram duas grandes etapas: eliminaram as antigas elites e fizeram nascer a solidariedade dos oprimidos. A guerra agravou uma situação revolucionária e a fez amadurecer.

2.2. O fascismo na Ásia: o Japão.

O Japão não conheceu nem revolução burguesa, nem camponesa, mas penetrou no mundo moderno através de uma revolução "de cima" muito semelhante à da Alemanha.

Tentaremos descobrir os traços da sociedade japonesa pré-moderna que desempenharam um papel importante no processo de modernização.

Em 1600 iniciou-se o regime do shogunato dos Tokugawa que se manteve até a Restauração Meiji de 1868. O grande princípio do shogunato era o imobilismo. Tratava-se de manter a ordem numa sociedade bipartida onde se opunham dirigentes e dirigidos. Entre esses predominavam os camponeses de quem os guerreiros se serviam para trabalhar a terra e embolsar impostos. O shôgun detinha a autoridade num sistema semelhante ao de Luís XIV. Logo abaixo dele vinha o pequeno grupo dos grandes senhores ou daymiô. Abaixo desses vinham os samurai ou guerreiros. Quando não estava na Corte, o daymiô vivia no meio de sua gente, os samurai, numa vila fortificada. Essas fortalezas eram centros administrativos, por intermédio dos quais a classe dos guerreiros retirava dos camponeses, sob a forma de impostos, o excedente econômico do qual vivia.

Quando, em meados do século XIX começou a abertura do Japão ao Ocidente, o shogunato já estava decadente devido ao desenvolvimento do comércio. Encorajando diversas formas de consumo ostentatório, o shôgun havia arruinado os nobres e encorajado os comerciantes das cidades. A posição dos samurai deteriorara-se enormemente na medida em que reinava a paz, e outras formas de prestígio baseadas na riqueza concorriam com as antigas virtudes de nascimento.

A Restauração Meiji que derubou o shogunato deveu-se a uma aliança entre uma parcela da nobreza e comerciantes conservadores temerosos da concorrência ocidental. O governo Meiji tomaria medidas importantes para refazer o Japão à imagem de uma sociedade industrial: criar um Estado centralizado e uma economia industrial. Os feudos

tornaram-se unidades administrativas sob a direção do governo central, foi proclamada a igualdade perante a lei, foram suprimidas as barreiras locais que freavam o comércio e as comunicações, foi autorizada a aquisição de terras.

Assim como na Alemanha, foi um belo exemplo de revolução "de cima", em que um grupo de aristocratas se aliaram a uma burguesia tímida e incapaz de destruir o antigo regime, para promover a industrialização.

A ausência de revolução camponesa no Japão pode ser explicada por três razões fundamentais. O sistema fiscal dos Tokugawa parece ter deixado aos camponeses um excedente cada vez maior. Em seguida, contrariamente à da China, a sociedade rural do Japão era marcada por ligações estreitas entre a comunidade camponesa e o senhor feudal, mais tarde com seu sucessor, o proprietário agrícola. Enfim, as instituições sociais-rurais japonesas adaptaram-se muito bem à agricultura comercial com a ajuda de mecanismos de repressão, herdados do antigo regime, unidos aos novos, exigidos pela sociedade moderna.

Pode-se dividir a história política do Japão moderno em três fases. A primeira vai da Restauração Meiji até a adoção de uma constituição e elementos de democracia parlamentar em 1889. A segunda, relativamente liberal, que termina com a Grande Depressão, e a terceira, a da economia de guerra e do regime totalitário de direita.

Os grandes traços da primeira fase já foram analisados. O movimento liberal, que tinha por *slogan* "Liberdade e Direitos do Povo" refletia fundamentalmente o descontentamento dos pequenos proprietários diante da dominação da oligarquia financeira e aristocrática Meiji. Mas à medida que os liberais se chocaram com as reivindicações camponesas, a aventura liberal terminou. Depois da I Guerra Mundial o equilíbrio de forças pendeu para os industriais, em prejuízo da elite rural.

No início dos anos 30, a democracia parlamentar rendeu-se frente aos golpes da Grande Depressão, mas de uma forma menos dramática que a República de Weimar. Em 1932 uma conspiração camponesa contra a elite

dirigente marcou o início de uma ditadura paramilitar. Por volta de 1940, o Japão oferecia as mesmas feições do fascismo europeu. Os grandes industriais tinham necessidade do fascismo, do culto ao imperador e dos militares, assim como o Exército e os patriotas precisavam da grande indústria para desenvolver seu programa político.

Há diferenças com relação ao fascismo europeu. Não houve tomada violenta do poder, não houve violação da democracia constitucional, não houve marcha sobre Roma porque não tinha havido passado democrático nem República de Weimar. Não houve guia saído da plebe. O imperador serviu de emblema nacional. Também não houve partido único de massas.

Remarcadas as diferenças, resta-nos dizer que as semelhanças entre o fascismo japonês e o alemão são fundamentais. Os dois países fizeram sua mutação industrial muito tarde. Os dois regimes tiveram como método a repressão interna e a expansão externa. Nos dois casos o substrato social foi uma coalisão entre as elites burguesas e as classes dirigentes tradicionais de campo, dirigida contra os camponeses e operários. Enfim, no Japão como na Alemanha, um euforismo de direita tomou conta da pequena burguesia.

2.3. A democracia na Ásia: Índia e a expiação da transformação pacífica

Economicamente a Índia ainda está na fase pré-industrial. Não houve revolução burguesa, camponesa ou "de cima". Mas politicamente ela pertence ao mundo moderno. Quando Nehru morreu, em 1964, a democracia estava instalada, havia 17 anos. Se ela era imperfeita não o aparentava. Tentaremos mostrar como se deu essa passagem pacífica para o mundo moderno.

No fim do século XVI conquistadores islâmicos instituíram na Índia o império mongol, uma burocracia agrária. Um soberano governava, um exército defendia o trono e os camponeses sustentavam um e outro. A terra era teoricamente do soberano e eram concedidas aos funcionários as rendas fiscais levantadas em troca de seus serviços na adminis-

tração imperial. Não existia hereditariedade dos cargos e por ocasião da morte do funcionário o dinheiro voltava ao Tesouro. Esse procedimento impediu, em grande medida, a acumulação e o desenvolvimento econômico. O imperador reivindicava a fortuna dos grandes comerciantes após sua morte, assim como a dos funcionários. Enfim, o Império constituía-se num mosaico de células e despotismos locais.

As castas serviam para organizar a vida da comunidade camponesa. Segundo a teoria da reencarnação, uma pessoa que respeitasse neste mundo o código de sua casta passaria para a casta superior após a morte; daí a indiferença política e passividade do camponês hindu, com a conseqüente estagnação agrícola em grande escala. As técnicas eram rudimentares e assim se mantiveram praticamente até o século XX.

A dominação inglesa (a partir do século XVIII) trouxe algumas transformações a essa estrutura econômico-social. De acordo com o *Permanent Settlement* instituído pelos ingleses, o zamindar (burocrata proprietário de terras) recebia um direito de propriedade estável e mantinha suas funções de cobrador de impostos que tinha sob os mongóis. Os ingleses mantinham nove décimos das rendas levantadas deixando o décimo que sobrava aos zamindars. Na Índia meridional foi aplicada uma outra forma de regulamentação, o *ryotwari*, na qual os impostos eram cobrados diretamente aos camponeses.

A colonização inglesa criou um sistema econômico onde o estrangeiro e os proprietários de terra se apropriavam do excedente econômico produzido pelo camponês, impedindo a comercialização da agricultura. Além disso, os têxteis ingleses invadiram a Índia e destruíram grande parte do artesanato local. Apoiando-se principalmente na aristocracia hindu, a dominação inglesa afastou e prejudicou a burguesia hindu que nascia timidamente no século XIX.

Após a tentativa frustrada de expulsão dos ingleses (1857) até a independência, um abismo separou a elite rural das classes comerciantes. Essa cisão teve importantes conseqüências políticas.

Em outros países vimos como uma aliança entre a elite agrária e uma burguesia frágil provocou uma erupção reacionária. A presença britânica impediu essa aliança e contribuiu para o estabelecimento de uma democracia parlamentar.

Os comerciantes ligaram-se aos camponeses por intermédio do movimento nacionalista liderado por Ghandi. Seus dois grandes temas são bem conhecidos: independência e não violência, ou seja resistência passiva. O que ele pretendia principalmente era reviver a comunidade hindu tradicional; era portanto essencialmente antiurbano e anticapitalista.

Quando os ingleses foram expulsos em 1947, a sociedade hindu estava prisioneira de um círculo vicioso. Carecia de impulso à industrialização por falta de capitais. A agricultura estava no marasmo porque a cidade estava separada do campo e não podia estimular o rendimento nem transformar a sociedade rural. Pela mesma razão, o campo não podia fornecer recursos à industrialização.

Examinemos as forças políticas presentes logo após a independência. A ocupação britânica tinha originado um movimento de oposição, o Partido do Congresso, onde militavam intelectuais socialistas, homens de negócios, jornalistas e políticos das mais variadas tendências. O conjunto repousava sobre uma base camponesa sensibilizada por Ghandi. A classe operária era pouco numerosa e ainda não desempenhava nenhum papel político. A luta comum contra os ingleses tinha, há muito tempo, sufocado os conflitos que se opunham a esses grupos. Eles desapareceram quando o inimigo-comum desapareceu, porém, como nenhum movimento radical animava as classes trabalhadoras, os conservadores não tiveram dificuldades em dar à Índia uma orientação moderada.

Em 1955, o governo de Nehru adotou o caminho "socialista". Sob uma cortina de retórica reformista, porém, o excedente econômico agrícola continuou a ser expropriado como antes; não se instalou uma economia de mercado e não houve um crescimento significativo de rendimento agrícola.

3. TEORIA E CONCLUSÕES

1 A teoria do processo de modernização de Barrington Moore apóia-se, fundamentalmente, na concepção de que determinadas características estruturais das sociedades agrárias condicionam modelos de transição para as sociedades industriais e, por sua vez, estes modelos condicionam os sistemas políticos que se instauram nas sociedades industriais.

Em última instância, pode-se afirmar que Barrington Moore estabelece relações de determinação entre tipos de estruturas agrárias e tipos de sistemas políticos industriais.

Assim sendo, determinadas características estruturais das sociedades agrárias do Ocidente europeu teriam produzido o modelo de transição da revolução burguesa, que teria possibilitado a evolução política tendente à im-

plantação da democracia parlamentar. Da mesma forma, características estruturais das sociedades agrárias orientais teriam produzido os modelos de transição de revolução "de cima" e revolução camponesa, que teriam condicionado a implantação do fascismo e do comunismo.

Para facilitar uma visão abrangente das principais conclusões teóricas do autor, elaboramos um quadro que as sintetiza e ordena:

